

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Eleições e segurança - uma agenda vazia

PAULA MIRAGLIA

O que encontramos hoje nos diferentes planos de governo apresentados é um conjunto de frases de efeito sem lastro gerencial ou político

O ESPAÇO reservado ao tema da segurança pública no discurso dos candidatos à Prefeitura de São Paulo deveria ser reconhecido e festejado como um avanço. No entanto, no sentido exatamente contrário, o que encontramos hoje nos diferentes planos de governo apresentados, quase que integralmente, é um conjunto de frases de efeito sem nenhum lastro gerencial ou político.

As propostas não estão qualificadas o suficiente para que seja possível identificá-las com um candidato, com um partido ou com as prioridades desta ou daquela gestão. Dessa forma, o que está disponível ao eleitor são apenas apontamentos superficiais sobre segurança e a cidade.

Mas arrolar um conjunto de intenções está longe de ser satisfatório. O essencial, em se tratando de uma proposta para um governo futuro, é explicar quais são os princípios e diagnósticos que fundamentam tais escolhas e por quais motivos esse conjunto de medidas é adequado para a cidade de São Paulo. Planos de governo genéricos se parecem muito mais com peças publicitárias do que com estratégias de gestão.

São Paulo apresenta desafios específicos no campo da segurança - desafios associados à sua geografia e às dinâmicas criminais de cada região.

Esse cenário é acentuado pelas profundas desigualdades que caracterizam a cidade, o que faz com que a distribuição da segurança no município seja também um elemento de segregação e apartamento de grupos sociais. Em outras

palavras, as políticas de segurança local devem estabelecer um diálogo mais estreito com as políticas de reforma urbana. Nesse sentido, não é suficiente, por exemplo, anunciar a instalação de câmeras de vigilância. Com qual finalidade e onde, especificamente, elas serão instaladas? Há algum tempo esta mesma **Folha** noticiou o uso das câmeras por parte de uma quadrilha na periferia de São Paulo. Os candidatos pretendem colocar câmeras também nas periferias da cidade ou apenas no centro?

Da mesma maneira, qual foi o diagnóstico que indicou que o problema da Guarda Municipal reside no tamanho do seu efetivo? Por que não encontramos nos programas uma discussão mais aprofundada sobre as atribuições da guarda, de que maneira ela deveria ser treinada, qual o conteúdo da sua formação e qual será a estratégia do próximo prefeito ou prefeita para não replicar mais uma força policial?

A formulação "combater o crime com iluminação", além de ser um salto brusco que provoca a inteligência do eleitor, se abstém de fazer um debate mais aprofundado -esse, sim, relevante- sobre melhorias urbanas, promoção de convivência pacífica e prevenção da violência.

Por outro lado, associar, sem mediação, a prevenção da criminalidade a qualquer tipo de programa social, partindo da premissa de que a segurança está em todo lugar é, na verdade, fazer com que ela não esteja em lugar nenhum.

Finalmente, a recém-inclusão do tema "crime organizado" na campanha de um candidato só vem embaralhar ainda mais o debate em torno do papel do município no campo da segurança pública. A tarefa de combater o crime organizado cabe às forças policiais e, conseqüentemente, ao governo do Estado. Colar essa atividade à imagem do município, exibindo carros da Polícia Militar em perseguição, é tirar proveito do medo e da sensação de insegurança, ambos responsáveis por respostas equivocadas tanto da sociedade quanto do poder público.

Propostas tão pouco conseqüentes revelam, no melhor dos casos, uma ausência de propostas. No pior deles, anunciam um vale-tudo em busca de votos.

Mas, passado o momento da eleição, o que realmente fará o candidato vitorioso em prol da segurança do município? Os eleitores não deveriam ter que esperar até lá por essa resposta.

PAULA MIRAGLIA, 34, cientista social, doutora em antropologia pela USP, é diretora-executiva do Ilanud (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br